



© UNESCO/2012

CULTURA E DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA EM UM CONTEXTO GLOBALIZADO

Versión original en portugués

■ MARTA SUPLYC, SENHORA MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA

Globalização, cultura e desenvolvimento

Os processos culturais sempre estiveram entrelaçados aos de desenvolvimento das nações, sejam eles econômico, social ou humano. Historicamente, a ocupação dos territórios esteve associada à descoberta de novas práticas e produtos culturais. O cultivo de especiarias orientais, do café, da cana de açúcar e do sal, assim como a exploração do cobre, da prata e do ouro, eram práticas de comunidades conquistadas e colonizadas que viraram produtos rentáveis e propiciaram trocas em escala global, sobretudo econômico-comerciais, mas não só: o cada vez mais intenso intercâmbio abriu os olhos do mundo para novos ritmos e instrumentos musicais, alimentos desconhecidos em sua forma e em seu preparo, diferentes formas de dança, entre outros.

O fenômeno da globalização, iniciado com as navegações, consolidou-se durante a revolução industrial e ganhou escala com o desenvolvimento dos meios de comunicação e, sobretudo, com o surgimento e disseminação da internet. Tendo como seu principal porta-voz as produções audiovisuais, a indústria do entretenimento, instaurada no começo do século XX, passou a ser o principal canal de disseminação de informações que determinam tendências e modelos de consumo para milhões de pessoas, instituem padrões de comportamento e, dessa forma, alimentam uma cadeia produtiva de grande porte.

Assim, as sociedades modernas são caracterizadas por mudanças rápidas e constantes. Novas articulações entre o "global" e o "nacional" fazem surgir novas identidades. Diante de tal contexto, que resulta em movimentos complexos e aparentemente contraditórios de massificação, homogeneização cultural, fortalecimento de identidades nacionais e fundamentalismos, é necessário encarar o desafio de garantir a proteção e a promoção da diversidade cultural, ao mesmo tempo em que as culturas locais são transformadas, renovadas e enriquecidas pelos hibridismos culturais. Não se pode esquecer que a globalização é um processo desigual e que possui sua própria dinâmica de poder, influenciando de maneiras diversas as comunidades ao redor do planeta.

Com o objetivo de encarar tais desafios, emergiram em diversos países políticas voltadas à proteção das culturas locais. Movimentos sociais mobilizaram-se e, no plano internacional, marcos legais, acordos e convenções foram criados para regular e minimizar os impactos negativos do processo de globalização. Essa reflexão feita nos anos 1970 acabou por reverberar na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que após amplos debates aprovou, em 2005, a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

A cultura possui uma dimensão coletiva que é a base da identidade e, assim, pode contribuir de maneira decisiva para o crescimento econômico, o desenvolvimento humano e como força simbólica para levar significado às sociedades. O reconhecimento da diversidade cultural também pode servir como uma força positiva ao diálogo, à preservação da memória coletiva, ao entendimento mútuo, à reconciliação e à estabilidade social. A dimensão cultural é indispensável e estratégica para qualquer projeto de desenvolvimento. Segundo a Convenção da Diversidade, os indivíduos e os grupos devem ter garantidas as condições de criar e difundir suas expressões culturais; o direito à educação e à formação de qualidade que respeite sua identidade cultural; a possibilidade de participar da vida cultural de sua preferência e exercer e fruir suas próprias práticas culturais, desde que respeitados os limites dos direitos humanos. O direito à diferença e à construção individual e coletiva das identidades, por meio de expressões culturais é elemento fundamental da promoção de uma cultura de paz.

A experiência brasileira a partir das três dimensões da cultura

Como decorrência de uma nova e profunda reorientação na formulação de política social, o Brasil construiu uma coleção de marcos legais que constitui uma "caixa de ferramentas" para a gestão da cultura. Estas ferramentas foram desenvolvidas sob a égide de três importantes dimensões, que sobrepostas constituem o eixo norteador das políticas culturais atualmente empreendidas pelo Ministério da Cultura: a dimensão simbólica, que amplia o conceito de cultura numa visão antropológica; a dimensão cidadã, que consiste no reconhecimento do acesso à cultura como um direito e no envolvimento e corresponsabilização da

sociedade civil na formulação das políticas e na sua gestão; e a dimensão econômica, em que se inscreve o potencial da cultura como vetor de desenvolvimento. A política pública brasileira de cultura propõe essa abordagem inovadora com a valorização de nossa diversidade cultural e da produção que dela emerge. Adota, como alicerce, a compreensão contemporânea e abrangente do desenvolvimento, com vertentes econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais. A contribuição da cultura para o desenvolvimento, dentro desse entendimento, se torna muito mais abrangente ao enfatizar que o desenvolvimento social vai muito além da mera satisfação das necessidades vitais da população.

As dimensões simbólica e cidadã

Desde 2003, o governo brasileiro vem priorizando a erradicação da pobreza como a principal ação na área social, não só como resposta às grandes crises econômicas internacionais, mas principalmente como enfrentamento aos graves desafios sociais, ambientais e de desenvolvimento. Na articulação de políticas públicas, adotamos a premissa maior de que o Brasil somente será um país mais rico se lograr eliminar a miséria que ainda atinge parcela expressiva da população. Nesse sentido, o país tem investido na ampliação da base social de suas políticas, favorecendo a melhoria dos padrões de consumo da população e impulsionando o mercado interno, ao mesmo tempo em que cria melhores condições para o acesso às oportunidades educacionais e ao exercício dos direitos culturais.

Sobre o tema, é importante registrar o avanço recentemente alcançado com a aprovação no Congresso Nacional da lei que cria o Vale-Cultura, a primeira política pública governamental voltada para o consumo cultural, visando à inversão da lógica dos atuais programas de fomento à cultura, em que o foco do apoio estatal está voltado para a ampliação da produção cultural. O vale consistirá da disponibilização de um cartão magnético, com saldo de R\$ 50 por mês (cerca de US\$ 25), que poderá ser utilizado para adquirir ingressos de cinema, teatro, museus, shows, livros, CDs, DVDs, entre outros produtos culturais. Trata-se de uma política de inclusão sociocultural e de desenvolvimento econômico que agrega capital simbólico ao trabalhador e reforça as cadeias produtivas do setor. Com a sua aprovação, o programa beneficiará diretamente até 17 milhões de brasileiros e tem potencial de injeção de até R\$ 7 bilhões por ano na economia nacional, gerando renda e emprego.

Na lógica do fomento à produção cultural, desde 1992, o governo brasileiro mantém o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), criado pela Lei 8.313/1991 (Lei Rouanet), com objetivo de canalizar recursos suficientes para estimular a difusão de bens culturais, preservar patrimônios materiais e imateriais, proteger o pluralismo da cultura nacional e facilitar o acesso às fontes de cultura aos brasileiros. Vinte anos depois, já foram apoiados mais de 35 mil projetos, com um investimento de R\$ 13 bilhões, oriundos de renúncia fiscal. O processo decisório para

aprovação dos projetos está fundado na consulta à sociedade, via Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, que faz reuniões, a cada ano, em todas as regiões brasileiras. É essa Comissão, formada paritariamente entre sociedade e governo, a responsável em apontar para o Ministério de Cultura quais as ações meritórias desse incentivo. Hoje, o PRONAC é o mais importante mecanismo de apoio à cultura do Brasil.

Com o objetivo de ampliar ainda mais o acesso e a capacidade de fomento, o governo federal propôs a reforma da Lei Rouanet, atualmente em discussão. Em linhas gerais, as principais novidades são a renovação do Fundo Nacional de Cultura (FNC), reforçado e dividido em nove fundos setoriais; a diversificação dos mecanismos de financiamento; o estabelecimento de critérios objetivos e transparentes para a avaliação das iniciativas que buscam recursos; o aprofundamento da parceria entre Estado e sociedade civil para a melhor destinação dos recursos públicos; e o estímulo à cooperação federativa, com repasses a fundos estaduais e municipais.

Ademais, para que as ações resultantes da política pública de cultura alcancem o grau de capilaridade desejado, chegando a todas as cidades e municípios do país, está sendo implantado o Sistema Nacional de Cultura (SNC), baseado em experiência semelhante empreendida pelo governo na área da saúde. Esse sistema visa estabelecer um pacto federativo entre o governo federal, estados e municípios, através da formulação e implementação de planos de cultura, da criação de fundos específicos e do incentivo à participação social a partir da criação de conselhos e da realização de conferências.

Todo esse arcabouço institucional é orientado pelo Plano Nacional de Cultura, instrumento de planejamento decenal, que possibilita a construção de uma política pública de Estado que deve ultrapassar conjunturas e ciclos de governos – que, no Brasil, se estendem por um período de quatro anos. Um planejamento de longo prazo está sendo implementado pela primeira vez em nosso país, com o estabelecimento de 53 metas que concretizam as demandas expressas em 275 ações de seu primeiro Plano, com duração até 2020. Essas metas representam os anseios de milhares de brasileiros e brasileiras reunidos em diversas conferências e fóruns realizados por todo o país desde 2005.

O Plano Nacional de Cultura traduz a complexidade de desejos e revela a rica diversidade do país e sua extraordinária criatividade, além de buscar a realização das potencialidades da sociedade brasileira por meio de processos criativos. Entre suas metas, estão o mapeamento da diversidade das expressões culturais, a criação de equipamentos culturais, a circulação de bens culturais, o aumento do número de livros lidos, a acessibilidade de pessoas com deficiência, a capacitação continuada de professores em arte-educação, além da ampliação dos recursos para a cultura, por diversos mecanismos, dentre eles o Fundo Social do Pré-Sal (exploração de novas jazidas de petróleo em alto-mar).

Temos que lembrar também que a sociedade do conhecimento nos traz novos desafios. A cultura digital, que promove o uso do software livre e as ações de inclusão digital, assim como a bandeira da ampliação infinita da circulação de informação e criação, permitirá alcançar essas mudanças rapidamente, estreitando as relações com a sociedade, estabelecendo transparência pública e compartilhando responsabilidades.

A digitalização dos bens culturais e a democratização ao acesso proverão novas pedagogias alicerçadas na rede mundial de computadores. A criação de uma Plataforma de Gestão Colaborativa contemplará a participação cidadã, tanto na construção de políticas culturais, como na reutilização de dados públicos disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais (SNIC). Essa plataforma funcionará como uma rede social da cultura, onde a sociedade brasileira, gestores públicos e a academia poderão acessar dados sobre as expressões da diversidade cultural do país, informações e números a respeito dos produtores, dos equipamentos, das atividades e dos acervos culturais, com aplicações georeferenciadas.

Por meio de programas como o "Cultura Viva" e o "Mais Cultura", o Brasil vem buscando cumprir os desafios propostos pela UNESCO em relação à proteção e promoção da diversidade cultural e também a integração da dimensão cultural ao desenvolvimento sustentável. O Cultura Viva, criado em 2004, surgiu para estimular e fortalecer no país a formação de uma rede de criação e gestão cultural, tendo como referência os Pontos de Cultura e voltados para a mobilização, articulação social e gestão compartilhada, a partir de ações de fomento direto às atividades de grupos, coletivos e comunidades. Ao reconhecer os saberes, as práticas, os diversos modos de ser e fazer, as manifestações culturais - tradicionais e contemporâneas -, e ao valorizar o protagonismo cultural de segmentos em sua maioria excluídos das políticas culturais, o Cultura Viva viabiliza o acesso aos meios de produção, criação, circulação e fruição de atividades, bens e serviços culturais, e fortalece uma nova base comunitária na consecução da política cultural do país. A partir do êxito do Cultura Viva, que motivou países como a Argentina e o Paraguai a desenvolverem programas análogos, o desafio que se coloca para os próximos anos é fazer com que os conhecimentos e práticas tradicionais sejam levados em conta enquanto tecnologias, sendo integrados às políticas de desenvolvimento, especialmente àquelas ligadas à gestão sustentável da biodiversidade e à segurança alimentar.

Em 2007, o Governo Federal aprofundou o processo de incorporação da cultura na agenda social, com status de política estratégica de Estado para atuar na redução da pobreza e das desigualdades sociais. Esse novo Programa, chamado de "Mais Cultura", propôs um modelo de pactuação entre o governo federal e os governos estaduais e municipais, que permitiu uma forte expansão da rede de Pontos de Cultura, chegando, em 2012, a 3.703 instituições fomentadas.

Considerada uma das mais exitosas ações do Governo Federal na área, os Pontos de Cultura, centros produtores e difusores de cultura, surgiram como estímulo às iniciativas culturais já existentes da sociedade civil, por meio da realização de convênios celebrados após a realização de chamada pública. A esse respeito, cabe destacar também a implementação dos Pontos de Cultura, criados com o fim de articular os Pontos de Cultura, difundir as ações de cada entidade e estabelecer a integração e o funcionamento da rede dos Pontos de Cultura. Seu funcionamento e regulamentação ocorrem de forma similar à dos Pontos de Cultura, por meio de seleção pública e de parcerias com empresas públicas e privadas e governos locais.

Recentemente, o Ministério da Cultura inaugurou o segundo "CEU das Artes e do Esporte", iniciativa que prevê a construção e a disponibilização de 360 espaços públicos para formação de artistas e desenvolvimento de talentos, com bibliotecas, telecentros e cursos, que serão distribuídos em 325 municípios brasileiros. O projeto piloto inaugurado na cidade de Toledo, no estado do Paraná, teve investimento de aproximadamente R\$ 2 milhões, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, está prevista a realização, no exterior, de ações similares de promoção da cultura brasileira. Tais iniciativas tornam-se especialmente oportunas neste momento em que os olhos do mundo se voltam ao Brasil por conta dos grandes eventos esportivos que serão sediados no país nos próximos anos (Copa das Confederações, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos Rio 2016).

A dimensão econômica

A compreensão do potencial da economia da cultura brasileira para o desenvolvimento do país não é recente. O ex-ministro da Cultura Celso Furtado lutou durante toda a sua vida por um desenvolvimento desconcentrador, fundamentado na diversidade cultural regional brasileira. É dele uma reflexão que antecede em alguns anos sua ida para o Ministério da Cultura, do qual foi titular entre 1986 e 1988. Num livro de 1984, "Cultura e desenvolvimento em época de crise", Furtado afirmou: "O problema institucional maior que se coloca à sociedade brasileira, no momento presente, é exatamente esse de abrir espaço para emergência e vitalização das forças que alimentam a capacidade criativa da sociedade em todos os planos" (1984, p. 51). E acrescentou: "A política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural" (1984, p. 32). No "vasto universo da cultura brasileira pulsa uma produção que nasce da criatividade do povo brasileiro, se multiplica em sua miscigenação genética e cultural, se aprofunda em sua sensibilidade e se potencializa em sua disposição para superar as adversidades. Esta cultura diversa ocupa um papel central na vida social do país e constitui, ao lado de nossa biodiversidade, o grande patrimônio brasileiro, a nossa principal riqueza, uma extensa semiodiversidade que tem inestimável valor econômico e social. Na globalização e na era do conhecimento, em que o saber, o simbólico e a inovação

tornam-se os ativos fundamentais de um país, e de qualquer organização ou comunidade, a vitalidade e a diversidade cultural surgem como fatores decisivos de desenvolvimento"[1].

As Nações Unidas publicaram seu primeiro Relatório de Economia Criativa no início de 2008, em um momento em que a economia mundial passava por um período de expansão. O relatório concluiu que as indústrias criativas estavam entre os setores mais dinâmicos da economia mundial, oferecendo novas oportunidades de alto crescimento para os países em desenvolvimento.

A percepção de que a mola propulsora do desenvolvimento é a cultura vem se cristalizando lentamente entre nós, brasileiros. Apesar de ser reconhecido pela sua diversidade cultural e potencial criativo, o Brasil não figura nas pesquisas internacionais entre os 10 primeiros países em desenvolvimento, produtores e exportadores de bens e serviços criativos. Nesse contexto, o Ministério da Cultura, a partir da criação da Secretaria da Economia Criativa (SEC) retoma a difícil tarefa de repensar, reconduzir e liderar os debates e a formulação de políticas sobre a cultura e o desenvolvimento no Brasil, com a missão de transformar a criatividade brasileira em inovação e a inovação em riqueza: riqueza cultural, econômica e social.

No processo de planejamento estratégico da SEC ficou evidenciado que a economia criativa brasileira somente seria desenvolvida de modo consistente e adequado à realidade nacional se incorporasse, na sua conceituação, a compreensão da importância da diversidade cultural do país, a percepção da sustentabilidade como fator de desenvolvimento local e regional, a inovação como vetor de desenvolvimento da cultura e das expressões de vanguarda e, por último, a inclusão produtiva como base de uma economia cooperativa e solidária. Trata-se de uma economia constituída e reforçada pela intersecção de quatro princípios norteadores: diversidade cultural; inclusão social; inovação e sustentabilidade. A criatividade brasileira é, portanto, processo e produto dessa diversidade.

São muitos os desafios que precisam ser enfrentados para que a economia criativa seja assumida como política de desenvolvimento no Brasil. Dentre estes, cinco se destacam e foram eleitos como fundamentais para a elaboração e implementação de políticas públicas concretas e efetivas: (i) levantamento de dados e informações da Economia Criativa; (ii) articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos; (iii) educação para competências criativas; (iv) infraestrutura de criação, produção, distribuição/circulação e consumo/fruição de bens e serviços criativos; e (v) criação/adequação de marcos legais para os setores criativos.

O Ministério da Cultura lançou algumas ações que juntas promovem a implementação de políticas públicas para enfrentar os gargalos dessa economia, representados pelos cinco desafios dos setores criativos citados acima.

Dentre elas, destacam-se a criação do Observatório Brasileiro da Economia Criativa (OBEC); a construção da Conta Satélite da Cultura; a padronização estatística da economia da cultura no MERCOSUL; a implementação das Criativas Birôs, escritórios que funcionarão como centros de apoio aos empreendedores e profissionais criativos na estruturação e elaboração de modelos de negócios; e a promoção de Cidades Criativas, que serão reconhecidas a partir de valores como herança cultural, vocação local, desejo da população, vitalidade econômica, compromissos e envolvimento, fatores de atratividade e diferenciação, expressões culturais singulares, e transversalidade das políticas públicas de cultura.

Direito Autoral e Acesso à Cultura

A revolução digital, iniciada nos anos 90 com a rápida expansão do novo ambiente criado pela internet, potencializou imensamente a expansão da economia cultural, tornando a circulação de bens protegidos por direitos autorais elemento fundamental nesse contexto. A partir de então, a temática de direitos autorais passou a ocupar lugar central, uma vez que permeia a estrutura de nossas relações culturais ao afetar autores, sociedade civil e investidores. A matéria assumiu papel de destaque na educação, na criatividade e na produção e fruição do conhecimento, visando a garantir a todos o direito a uma vida social plena.

Nessa nova conjuntura, é importante dar ao direito autoral contornos mais bem delineados, facilitando sua compreensão tanto por seus titulares como por aqueles que dele se utilizam. Para tanto, o Ministério da Cultura vem abrindo espaço à sociedade brasileira (artistas, autores, estudiosos, entidades, agentes econômico-culturais, representantes da sociedade civil e do setor cultural) para debater e repactuar o instituto do direito de autor no Brasil, regido pela Lei de Direitos Autorais – LDA nº 9.610/98, e repensar o papel do Estado nessa área.

A principal motivação que resultou no processo de revisão da lei foi a necessidade de equilibrar as relações entre autores, investidores e consumidores, ou usuários finais das obras intelectuais, focando na proteção ao autor como aspecto principal, de modo que este possa ser remunerado de forma justa pelas suas obras. Ao mesmo tempo, pretende-se harmonizar essa garantia com o direito da comunidade de ter acesso aos bens culturais, bem como de dar segurança jurídica aos investidores.

A cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável

Considerando a transversalidade e o papel estratégico da cultura na construção de uma resposta aos desafios da sustentabilidade e do desenvolvimento humano com equidade e inclusão social, bem como o reconhecimento da diversidade das expressões culturais como condição essencial para o desenvolvimento sustentável em benefício das gerações atuais e futuras, o Ministério da Cultura protagonizou, no contexto da Conferência das Nações

Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, importantes debates sobre o tema nos planos nacional, regional e internacional.

Dentre tais iniciativas, destaco a "Reunião de Altas Autoridades Sul-Americanas sobre Cultura e Sustentabilidade", realizada na cidade de São Paulo, em abril de 2012. A reunião contou com a participação de representantes de alto nível dos países sul-americanos. Como resultado do encontro, os Ministros e autoridades presentes firmaram a "Declaração de São Paulo sobre Cultura e Sustentabilidade", documento posteriormente reconhecido pela Reunião de Ministros da Cultura do MERCOSUL e pelos Presidentes dos Estados Partes e Associados do bloco.

Durante o encontro, os Ministros e altas autoridades presentes ressaltaram a necessidade de que a cultura seja considerada o quarto pilar do desenvolvimento sustentável, reconhecendo-a como dimensão articuladora e geradora de equilíbrio entre os três pilares até o momento reconhecidos: o econômico, o social e o ambiental.

Neste sentido, entendo que devemos continuar trabalhando de maneira coordenada nos foros regionais e multilaterais de forma a garantir que a cultura seja reconhecida como um diferencial na construção de respostas aos desafios do desenvolvimento sustentável. A participação das autoridades nacionais e gestores de cultura, da sociedade civil organizada e da classe artística é essencial nesse processo de

construção da agenda de desenvolvimento das Nações Unidas pós-2015, que inclui a formulação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O desenvolvimento pleno dos povos depende da consolidação dos direitos culturais como parte dos direitos humanos, do acesso à cultura, da garantia da diversidade cultural e do reconhecimento dos saberes tradicionais dos povos originários e tradicionais. A promoção da diversidade cultural e da interculturalidade são indispensáveis para a consolidação da paz e da segurança global, ao favorecer a convivência democrática, justa e de mútuo respeito entre os povos. **C&D**



Alumnos de la Escuela Municipal de Frevo, Recife